

CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*Class.: *RO 123*Data: *01.03.85*

Pg.: \_\_\_\_\_

## Tancredo e os índios de Rondônia e Mato Grosso

CARMEN JUNQUEIRA  
MAURO LEONEL JR.

**O** presidente da República, João Batista Figueiredo, inaugurou em setembro de 1984 o asfaltamento da BR-364, que liga Cuiabá (MT) a Porto Velho (RO). Além de rodovia, a BR-364 é o eixo do Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste, a ser melhor conhecido. O governo Tancredo Neves herdará as distorções deste programa. Em resumo, imaginou-se em Brasília transformar uma região de florestas, de difícil acesso, no escoamento da migração, uma espécie de válvula de escape para os conflitos envolvendo os sem-terra do Sul e Nordeste do País.

O Polonoroeste, estimado em 1981 em 1,1 bilhão de dólares, parcialmente (US\$ 412 milhões) financiados pelo Banco Mundial, provocou um fluxo migratório sem precedentes, particularmente no Noroeste do Mato Grosso e Rondônia, onde a população cresce em 12% ao ano. Apenas em Rondônia, em 1984, chegaram mais de duzentos mil colonos.

Há um Eldorado em meio à floresta. Mas não é acessível às dezenas de milhares de paranaenses, capixabas e nordestinos empurrados pelos grandes proprietários da Costa Atlântica ao nomadismo e à aventura. O Eldorado destina-se às grandes mineradoras, madeireiras, construtoras e especialistas em fortuna fácil, em ação predatória e especulativa. Aos colonos reservou-se a velha sina de posseiro e invasor, ou a de assalariado abaixo do mínimo nos garimpos, derrubadas, construções ou plantações. Apenas cin-

co mil, em 1984, receberam títulos do Incra.

Mas as grandes vítimas desta ação predatória são os índios, as terras da União e o meio ambiente de todos nós. Quem duvidar que ouse ir ver com os seus olhos. Deve começar por explicar-se as centenas de milhares de toneladas de madeira de lei estocadas em trânsito para exportação nas grandes serrarias de Vilhena, Pimenta Bueno, Rolim de Moura, Guajará-Mirim etc... Descobrirá que do escândalo da mandioca passou-se ao da madeira. Basta uma viagem à área indígena do rio Mequens. No caminho encontrará cinco serrarias, duas em terra dos índios, e uma média de 20 a 45 caminhões diários de mogno e cerejeira, a um lucro líquido de oito milhões de cruzeiros cada um. Na quarta serraria encontrará uma cerca de arame farpada e catorze pistoleiros, uns duzentos empregados, todos também armados, contra 71 índios Sakirap e Macurap, amedrontados em sua própria terra. Uma índia de doze anos é obrigada a viver com um invasor e os protestos de seu pai foram recebidos a pauladas. Lá não chega a polícia, nem a justiça, não se paga a Receita Federal, não há necessidade de títulos de propriedade ou de licença de desmatamento do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A lei é a do mais forte, ou seja, do melhor armado.

No início da pavimentação da BR-364 uma grande pressão internacional, provocada pelas fotos dos Nambiquara mendigando na estrada, obrigou o

governo brasileiro e o Banco Mundial a um projeto especial de defesa aos índios do Polonoroeste. Dos 26 milhões de dólares previstos, a Funai recebeu US\$ 6 milhões em quatro anos, mal administrados como sempre. No mesmo período de quatro anos os gastos com não-índios, apenas no quadro do Polonoroeste, foram de 1,5 bilhão de dólares. Das 55 áreas indígenas da região, doze ainda permanecem mal identificadas, os índios oprimidos em seringais ou arredios, em guerra desigual contra a colonização predatória. Há pelo menos vinte áreas abertamente invadidas, trinta não demarcadas e 33 por registrar. O Polonoroeste, em quatro anos, demarcou apenas dezessete áreas, obteve três homologações e nenhum registro. No ano passado o Departamento do Patrimônio Indígena (DPI-Funai) melhorou sua atuação, mas as homologações são impedidas pelo Grupo Interministerial, o chamado "Grupo", órgão anticonstitucional controlado pelo Ministério de Assuntos Fundiários. Enquanto aguardam, vêem os índios suas terras destinadas à especulação, como os dois mil invasores do Posto Indígena do Lourdes, ou as 4.500 toras de madeira roubadas aos Cinta-Larga do Roosevelt.

Assim, não é uma estrada asfaltada que o sr. Presidente inaugurou, mas, infelizmente, uma operação organizada de esbulho e enriquecimento ilícito. Do papel à realidade, o Polonoroeste transformou-se em crime ecológico e etnocídio. De nada vale o direito constitucional dos índios ao usufruto de suas terras

se as grandes mineradoras, como a Sopeni e a Brumadinho, e até projetos oficiais de assentamento do Incra, e estradas como a BR-429 e vicinais, continuam livres nas terras imemorais dos Urueu-Wau-Wau, ainda arredios. Políticos eleiçoeiros, de fresca data, convertidos à Nova República, estimulam os especuladores nas terras dos Gavião e Arara e pretendem uma estrada cortando ao meio o Parque do Aripuanã (Zoró, Cinta-Larga, Surui e Pirpicura) enquanto o governo de Mato Grosso concede títulos e autoriza hidrelétricas, como a de Juína, em Serra Morena.

O resultado são os conflitos e mortes que se multiplicam. Apenas nos últimos meses, os Urueu-Wau-Wau mataram três garimpeiros a serviço de mineradoras, os Salumã flecharam dois agrimensores e os Gavião e Arara detiveram quinze colonos invasores.

O Polonoroeste será um dos grandes testes do governo Tancredo. Lá pode-se ver quem levará vantagens: se os compromissos com a vontade democrática da maioria dos brasileiros, ou a espiral de pressões que faz da região o escaudouro de aventureiros e politiqueros que permitem as fortunas fáceis.

CARMEN JUNQUEIRA, 42, é antropóloga, coordenadora do curso de pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SP e autora, entre outros, de "Os Índios do Ipovú" (África).  
MAURO LEONEL JR., 36, é jornalista, mestre em Economia Política pela Universidade de Paris (França) e pós-graduado em Antropologia na PUC-SP.